

EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS

ATENÇÃO AO QUE NÃO SE VÊ

NOTA TÉCNICA 07/2020

O **Projeto de Lei Complementar 34/2020**, institui o chamado “empréstimo compulsório” para atender às despesas urgentes decorrentes da situação de calamidade pública relacionada ao coronavírus (COVID-19). Apesar do nome dado à operação, ela **não nasce de um contrato assinado voluntariamente entre as partes em comum acordo**: ela é decorrente de determinação legal, por vontade do Estado e imposta por critérios determinados pelo legislador.

Apesar de restituíveis, empréstimos compulsórios são apropriações indevidas de recursos alheios, decorrentes de obrigação disposta em lei e efetivados diante da ocorrência do fato gerador. No curto prazo, o PL poderá trazer **recursos extras para os cofres públicos**, aliviando suas necessidades temporárias ao obter receita extraordinária. Isso é o que se vê.

Além de não apontar quais seriam as fontes no erário para cobrir os pagamentos aos credores, já que a medida prevê o retorno dos recursos corrigidos após um prazo de 4 anos, o PL apresenta também outra fraqueza: **a desconsideração dos efeitos de longo prazo**. Eles são o que não se vê.

No debate da matéria, **nós precisamos nos atentar para o aumento da insegurança jurídica para se fazer negócios no país**, os maus incentivos para a instalação e permanência de grandes empresas em nosso território, e as consequências desastrosas da justa presunção de que, caso julguem necessário, legisladores não temerão determinar o “empréstimo compulsório” de recursos obtidos legalmente no país.

De acordo com PL apresentado, estarão sujeitas a tal ação pessoas jurídicas domiciliadas no país com patrimônio líquido igual ou superior a um bilhão de

reais, conforme publicado em seu último demonstrativo contábil. Assim, **o Governo Federal ficará autorizado a cobrar dos referidos sujeitos passivos o valor equivalente a até 10% (dez por cento) do lucro líquido** apurado nos doze meses anteriores à publicação da lei.

A despeito das intenções do autor com a situação de emergência que vivemos e do estado das contas públicas nos três níveis de governo, o PLP 34 pode causar uma avalanche de maus incentivos na economia brasileira. Visando resolver possíveis problemas econômicos e sociais do presente, a medida poderia agravar nossa situação nos dois campos, piorando cenários já preocupantes e potencialmente calamitosos.

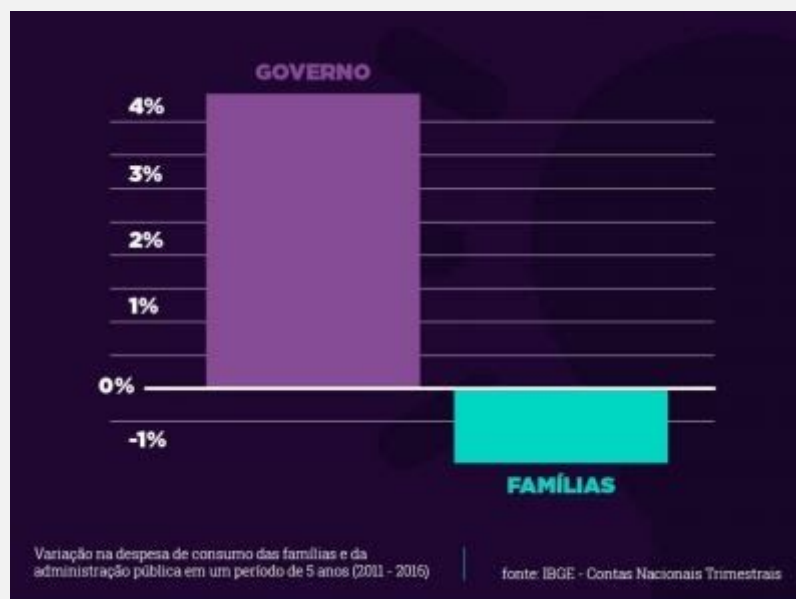
É necessário neste momento o esforço comum, de todos nós: governos, sociedade civil, estudantes, trabalhadores e empreendedores. **Precisamos de estratégias para proteção daqueles que hoje se encontram sem renda**, bem como dos micro, pequenos e médios geradores de empregos, que hoje se encontram sem receita. Entretanto, os homens públicos de hoje não podem esquecer seu compromisso para com os brasileiros de amanhã.

O Brasil precisa de **responsabilidade** para lidar com as crises social e econômica que nos afligem nesses tempos de pandemia e precisará de sensatez para vislumbrar saídas para o quadro atual. A ausência de responsabilidade orçamentária no passado nos deixou com menos alternativas para combater a crise e o endividamento como caminho para assistir quem mais precisava.

O **confisco de recursos**, mesmo com a promessa de devolução corrigida, não faz com que ele seja menos imoral. Sem indicação de fonte para o repagamento, a política imoral se torna também uma bomba que deixamos aos brasileiros do futuro.

Não podemos perder de vista o fato de que mesmo já sendo excessivamente pesado e consumindo anualmente cerca de **40% dos recursos produzidos pela sociedade brasileira**, o Estado brasileiro segue blindando o seu estamento burocrático da realidade social e econômica que atinge a todo o país.

Durante a crise vivida em decorrência do desastre administrativo do Governo Dilma, o setor público seguiu uma política de expansão de gastos enquanto o setor privado sofria os **efeitos nefastos da recessão**. Enquanto o funcionalismo público gozava de privilégios como estabilidade e aumentos salariais, os trabalhadores da iniciativa privada sofreram com a queda de suas rendas e a explosão do desemprego. Como resultado, entre 2011 e 2016, as famílias brasileiras registraram uma redução do consumo ao mesmo tempo em que os governos expandiram seus gastos em mais de 4%.



Por todas essas razões, o Livres defende que, neste momento de crise e solidariedade social, antes de cogitar impor esforços ainda maiores sobre a sociedade brasileira, **é preciso enxugar gastos**, rever as prioridades do setor público e extinguir os privilégios que ampliam as nossas profundas desigualdades.

Pela Liberdade,